

# Carta ao Leitor

Bruno Spada



**José Múcio Monteiro**

Ministro do Tribunal de Contas da União e supervisor do Conselho Editorial da Revista do TCU

**P**rezado leitor,

A edição número 140 da Revista do TCU apresenta grande diversidade temática, trazendo como destaque discussões atuais e urgentes, como a questão previdenciária e a preocupação com o equilíbrio das finanças públicas no Brasil.

O entrevistado do quadrimestre é o professor e bacharel em Direito Roberto Brant, que foi deputado constituinte e ministro da Previdência e Assistência Social, e atualmente é conselheiro do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do TCU - Cecap. Brant fala sobre o atual cenário político brasileiro, os desafios para a sustentabilidade do sistema previdenciário e o papel dos tribunais de contas nesse processo.

Na coluna opinião, o secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Leonardo Albernaz, alerta para os riscos e oportunidades envolvidos na relação entre as regras fiscais e a priorização das despesas públicas, na busca pela necessária estabilização das contas públicas, para que haja condições macroeconômicas que viabilizem o crescimento duradouro no país.

Em destaque neste número estão: a segunda reunião do Cecap, que teve como tema a estratégia de atuação do TCU em 2018 e o planejamento das próximas ações do Cecap; o início da Pós-graduação em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, promovida pelo Instituto Serzedello Correa em parceria com as escolas de governo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e com o Instituto Latino-Americano da Organização das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud/ONU); a implementação pelo TCU do sistema e-Pessoal, solução tecnológica para comunicação, análise e instrução de atos de pessoal; e a realização, pelo Tribunal, de mais uma edição do Diálogo Público, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei 7.448/2017 e seus impactos para o controle externo da Administração Pública.

Os artigos abarcaram variados assuntos relevantes para o debate relativo ao controle externo, dentre os quais: governança organizacional aplicada em saúde pública; avaliação de autoridade fiscal – com estudo de caso da Instituição Fiscal Independente - IFI no Senado Federal; tempo mínimo de inidoneidade para desincentivar a corrupção – um estudo de caso da Operação Lava Jato; ata notarial como prova da execução física de projetos sociais e culturais financiados com recursos públicos; jurisdição constitucional sobre as atribuições dos tribunais de contas à luz da hermenêutica constitucional; panorama da participação e contratação de micro e pequenas empresas em pregões eletrônicos de gêneros alimentícios – um estudo de caso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte; e termos de ajustamento de gestão como perspectivas para um controle externo consensual.

Boa leitura!